

Sobre o Leviatã em terras tropicais: uma reflexão ética da conjuntura política brasileira.

F. MACEDO¹; L. F. M. RAMOS²

¹ Acadêmico do curso de Licenciatura em Filosofia e participante do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Ítalo Brasileiro.

² Docente dos cursos de Licenciatura e Coordenador do Lato Sensu em Psicanálise do Centro Universitário Ítalo Brasileiro. Docente de cursos de Bacharelado e Tecnólogo do Centro Universitário Senac.

E-mails:

¹ felipemacedobaixo@gmail.com

² luiz.ramos@italo.br

COMO CITAR O ARTIGO:

F. MACEDO; L. F. M. RAMOS. **Sobre o Leviatã em terras tropicais: uma reflexão ética da conjuntura política brasileira.** URL: [www.italo.com.br/portal/cepep/revista eletrônica.html](http://www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html). São Paulo SP, v.8, n.4, p.46-57, out/2018.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo o resgate de determinadas ideias e princípios desenvolvidos e apresentados pelo filósofo inglês Thomas Hobbes que ficou conhecido pela imortal obra “Leviatã”. Os autores buscam resgatar este conteúdo filosófico para fazer uma leitura crítica à luz da Filosofia Política sobre a conjuntura política brasileira que vive momentos de crise e revisão de valores.

Palavras-chave: política; crise; valores.

ABSTRACT

The present article aims at the rescue of certain ideas and principles developed and presented by the English philosopher Thomas Hobbes who was known by the immortal work "Leviathan". The authors seek to recover this philosophical content to make a critical reading in the light of Political Philosophy on the Brazilian political conjuncture that experiences moments of crisis and revision of values.

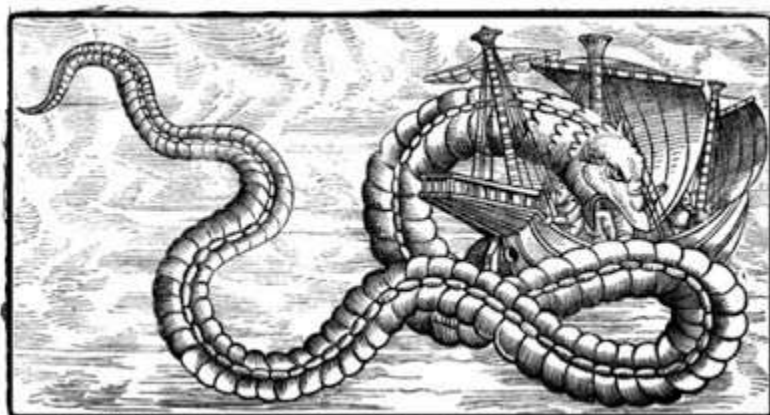
Keywords: politics; crisis; values.

Sobre o Leviatã em terras tropicais: uma reflexão ética da conjuntura política brasileira.

Considerações introdutórias.

Thomas Hobbes foi um filósofo que nasceu no final do século XVI (1588) e faleceu aos 91 anos (1679) após intensa produção intelectual como, por exemplo, ter traduzido já em idade avançada os dois clássicos Ilíada e Odisseia para a língua inglesa. Atuou como teórico político, filósofo e matemático em uma época em que o conhecimento não era departamentalizado em compartimentos. A obra que o evidenciou foi o tratado “Leviatã” (vide figura) , cuja ideia central era a defesa do absolutismo e a elaboração urgente e necessária de um contrato social.

Fig. 1 – Imaginário da figura monstruosa Leviatã



Fonte: <http://diegowindsor.blogspot.com/2013/01/afinal-quem-ou-o-que-e-o-leviata.html>

Curiosamente, Hobbes foi contemporâneo de outro pensador político, o também inglês John Locke (1632-1794), que defendia uma visão política diferenciada: o liberalismo.

Objetivo

Nosso escopo é investigar as pertinências existentes entre o universo da política e o universo ético, em especial à luz do pensamento de dois filósofos: Aristóteles, autor da célebre “Ética a Nicômaco” e Thomas Hobbes, autor do clássico “Leviatã”, um marco do pensamento político hodierno.

Metodologia

A escolha pelo termo é intencional: por ocasião das grandes navegações que caracterizaram a Modernidade, era um temor predominante no imaginário popular dos navegantes que se aventuravam às peripécias oceânicas. Leviatã era uma espécie de monstro marinho gigante que a todo devorava em decorrência à sua impiedade. A origem primária deste ser fantástico foi a mitologia fenícia.

Esta criatura foi tomada de uma referência explícita extraída de um livro do Antigo Testamento, especificamente o livro de Jó no capítulo 41, versículo 1 a 34 onde se lê:

1 Você consegue pescar com anzol o Leviatã[88]ou prender sua língua com uma corda?

2 Consegue fazer passar um cordão pelo seu nariz ou atravessar seu queixo com um gancho?

3 Você imagina que ele vai lhe implorar misericórdia e falar-lhe palavras amáveis?

4 Acha que ele vai fazer a cor do com você, para que o tenha como escravo pelo resto da vida?

5 Acaso você consegue fazer dele um bichinho de estimação, como se fosse um passarinho, ou pôr-lhe uma coleira para dá-lo às suas filhas?

6 Poderão os negociantes vendê-lo? Ou reparti-lo entre os comerciantes?

7 Você consegue encher de arpões o seu couro, e de lanças de pesca a sua cabeça?

8 Se puser a mão nele, a luta ficará em sua memória, e nunca mais você tornará a fazê-lo.

9 Esperar vencê-lo é ilusão; apenas vê-lo já é assustador.

10 Ninguém é suficientemente corajoso para despertá-lo. Quem então será capaz de resistir a mim?

11 Quem primeiro me deu alguma coisa, que eu lhe deva pagar? Tudo o que há debaixo dos céus me pertence.

12 Não deixarei de falar de seus membros, de sua força e de seu porte gracioso.

13 Quem consegue arrancar sua capa externa? Quem se aproximaria delecom uma rédea?

14 Quem ousa abrir as portas de sua boca, cercada com seus dentes temíveis?

15 Suas costas possuem fileiras de escudos firmemente unidos;

16 cada um está tão junto do outro que nem o ar passa entre eles;

17 estão tão interligados que é impossível separá-los.

18 Seu forte sopro atira lampejos de luz; seus olhos são como os raios da alvorada.

19 Tições saem da sua boca; fagulhas de fogo estalam.

20 Das suas narinas sai fumaça como de panela fervente sobre fogueira de juncos.

21 Seu sopro acende o carvão, e da sua boca saltam chamas.

22 Tanta força reside em seu pescoço que o terror vai adiante dele.

23 As dobras da sua carne são fortemente unidas; são tão firmes que não se movem.

24 Seu peito é duro como pedra, rijo como a pedra inferior do moinho.

25 Quando ele se ergue, os poderosos se apavoram; fogem com medo dos seus golpes.

26 A espada que o atinge nada lhe faz, nem a lança nem a flecha nem o dardo.

27 Ferro ele trata como palha, e bronze como madeira podre.

28 As flechas não o afugentam, as pedras das fundas são como cisco para ele.

29 O bastão lhe parece fiapo de palha; o brandir da grande lança o faz rir.

30 Seu ventre é como caco denteado, e deixa rastro na lama como o trilho de debulhar.

31 Ele faz as profundezas se agitarem como caldeirão fervente, e revolve o mar como pote de unguento.

32 Deixa atrás de si um rastro cintilante, como se fossemos cabelos brancos do abismo.

33 Nada na terra se equipara a ele: criatura destemida!

34 Com desdém olha todos os altivos; reina soberano sobre todos os orgulhosos.

Posteriormente na Idade Média (séculos V – XV) o termo foi retomado e se vinculou ao quinto pecado capital, o da inveja e em algum caso, a um dos príncipes infernais.

Tal referência que serviu como título de um dos clássicos do pensamento político, destinava-se a uma instituição incipiente: o Estado Moderno.

O Estado como instituição política.

O termo “estado” possui sua conotação etimológica referente à ideia daquilo que confere estabilidade, harmonia, consonância. Algo pode ser considerado “estável” quando possui estas propriedades.

Os pensadores da época de Hobbes entendiam que o ser humano em seu estado natural é egoísta, movido pelas suas paixões e que em nada se importava com as necessidades humanas ou mesmo com o sofrimento do próximo. Cada um em suas condições primitivas volta-se para os seus interesses e vontades, havendo muito pouco ou quase nada de sensibilidade para com os seus semelhantes.

Ora, em sociedade se cada um pensar em si próprio, não teremos o coletivo. Desta forma, como pensar na “polis” ou na esfera do social? Surge a necessidade imperiosa de alguém que venha estabelecer ordem ao caos. A este paradigma social e político entendemos a proposta do Absolutismo como regime político.

A crise política e a crise ética

Diante dos argumentos apresentados, a análise que se faz, apresenta-se na pergunta: vivenciamos uma crise política em decorrência de uma crise ética? Talvez o discípulo de Platão e mestre de Alexandre o Grande tenha alguns elementos significativos na obra dedicada ao seu filho, Nicômaco:

Voltemos novamente ao bem que estamos procurando e indaguemos o que é ele. Ele se mostra diferente das diversas ações e artes: é diferente na medicina, na estratégia, e assim em todas as demais artes. O que é, então, o bem de cada uma delas? Será aquilo em cujo interesse se fazem todas as outras coisas? Na medicina, ele é a saúde; na estratégia, a vitória; na arquitetura, uma casa; e assim sucessivamente em qualquer outra esfera de atividade, ele é a finalidade em todas as ações e propósitos, pois é por sua causa que os homens realizam tudo o mais. Se, pois, existe uma finalidade visada em tudo que fazemos, tal finalidade será o bem atingível pela ação, e se há

mais de uma, serão os bens atingíveis por meio dela (MARTIN CLARET, 2001).

Disto podemos inferir que a crise de natureza política é decorrente de uma crise ética, identificada esta no conjunto de valores, crenças e normas que uma sociedade vivencia em seu projeto histórico.

Se a crise política existe, disto decorre pelo não cumprimento consciente e voluntarioso dos membros de uma sociedade, como aponta Hobbes em sua obra no capítulo XV, intitulado:

De outras leis da natureza

Daquela lei de natureza pela qual somos obrigados a transferir aos outros aqueles direitos que, ao serem conservados, impedem a paz da humanidade, segue-se uma terceira: *Que os homens cumpram os pactos que celebrarem*. Sem esta lei os pactos seriam vãos, e não passariam de palavras vazias; como o direito de todos os homens a todas as coisas continuaria em vigor, permaneceríamos na condição de guerra.

Nesta lei de natureza reside a fonte e a origem da *justiça*. Porque sem um pacto anterior não há transferência de direito, e todo homem tem direito a todas as coisas, conseqüentemente nenhuma ação pode ser injusta. Mas, depois de celebrado um pacto, rompê-lo é *injusto*. E tudo o que não é injusto é *justo*.

Ora, como os pactos de confiança mútua são inválidos sempre que de qualquer dos lados existe receio de não cumprimento (conforme se disse no capítulo anterior), embora a origem da justiça seja a celebração dos pactos, não pode haver realmente injustiça antes de ser removida a causa desse medo; o que não pode ser feito enquanto os homens se encontram na condição natural de guerra. Portanto, para que as palavras “justo” e “injusto” possam ter lugar, é necessária alguma espécie de poder coercitivo, capaz de obrigar igualmente os homens ao cumprimento de seus pactos, mediante o terror de algum castigo que seja superior ao benefício que esperam tirar do rompimento do pacto, e capaz de fortalecer aquela propriedade que os homens adquirem por contrato mútuo, como recompensa do direito universal a que renunciaram. E não pode haver tal poder antes de erigir-se um Estado. O mesmo pode deduzir-se também da definição comum da justiça nas Escolas, pois nelas se diz que a justiça é *a vontade constante de dar a cada um o*

que é seu. Portanto, onde não há o seu, isto é, não há propriedade, não pode haver injustiça. E onde não foi estabelecido um poder coercitivo, isto é, onde não há estado, não há propriedade, pois todos os homens têm direito a todas as coisas.

Conclusão: “O homem como lobo do homem”

É de certeza premente que o quadro e a conjuntura política nacional desta segunda década do século XXI apresentam venha a ser de um certo marasmo ético que vai aos poucos minando a vida política das instituições.

O problema não reside sobre a urgente modificação das estruturas políticas sobre as quais o Estado brasileiro se encontra estruturado. A questão está mal analisada: nosso problema não é estrutural, mas sim de natureza moral. Não são as estruturas que requerem modificações, mas sim o homem que acabou por se tornar o lobo de si próprio.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Ética a Nicômado. Tradução de torrieri Guimarães. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas e outras, 1990.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

NOVA CULTURAL. Hobbes, T. Leviatã. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os pensadores).

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Tradução de João Dell'Anna. 9. ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1986.